

## A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA PRODUÇÃO ACADÊMICA DA ÁREA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL

*The participation of women in academic production in the field of International Relations in Brazil*

André Luiz Coelho<sup>1</sup>

Ivi Vasconcelos Elias<sup>2</sup>

Vinicius Silva dos Santos<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup>Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. **E-mail:** andre.souza@unirio.br. **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-1632-0098>

<sup>2</sup>Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. **E-mail:** [ivi.v.elias@gmail.com](mailto:ivi.v.elias@gmail.com). **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0001-6933-5333>

<sup>3</sup>Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, MG, Brasil. **E-mail:** [santos.vinicius18@gmail.com](mailto:santos.vinicius18@gmail.com). **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0003-0907-7832>

Recebido em: 19 set. 2018 | Aceito em: 31 mai. 2019

## RESUMO

Neste artigo, buscamos mapear a produção acadêmica na área de Relações Internacionais no Brasil observando a participação das mulheres partindo das características da produção acadêmica em relação ao gênero e às divisões temáticas do campo. Para tanto, analisamos os dois principais periódicos da área segundo a classificação da Capes: Contexto Internacional e a Revista Brasileira de Política Internacional (RBPI). O artigo está dividido em três partes. Na primeira, situamos a discussão sobre mulheres na ciência em relação ao gênero como categoria crítica de análise. Em seguida, promovemos o debate sobre a literatura que discute o mapeamento da produção acadêmica, considerando a produção científica de mulheres em geral e na área de Relações Internacionais. Finalmente, apresentamos os resultados situando a produção acadêmica feminina. Como conclusão, constatamos que a distância do número de artigos publicados por mulheres e homens não se alterou ao longo do tempo, mantendo a estrutura de desigualdade.

**Palavras-chave:** Gênero; Relações Internacionais no Brasil; Produção Acadêmica.

## ABSTRACT

In this article, we seek to map the academic work in the field of International Relations in Brazil, according to women's share focusing on the characteristics of the academic work in relation to gender and thematic divisions in the field. We analyzed all the articles published by two of the most prestigious journals in Brazil: Contexto Internacional e Revista Brasileira de Política Internacional (RBPI). The article has three sections: the first presents the discussion about women in science and brings gender as a critical analytical category. In the following section, we carry out a debate about the literature which deals with the mapping of academic production considering the scientific production. Finally, we present the results placing the female academic production. In the end, our findings show that the gap between the number of articles published by men and women did not change over time maintaining the structure of inequality.

**Keywords:** Gender; International Relations in Brazil; Academic Production.

## 1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é mapear a produção acadêmica na área de Relações Internacionais (RI) de acordo com a participação de mulheres. Nesse sentido, buscamos abordar duas dimensões principais: a primeira tem por foco contabilizar o total de artigos publicados, para em seguida estabelecer as características da produção em relação ao critério de gênero e a partir das divisões temáticas estabelecidas pela Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI). Para tanto, foram analisados os artigos publicados entre 1997 e 2018 em dois dos principais periódicos da área de Ciência Política e Relações Internacionais: Contexto Internacional e Revista Brasileira de Política Internacional (RBPI). O período dá conta de cobrir todo o acervo da RBPI disponível online. Dessa forma, a cargo de comparação, o mesmo intervalo foi adotado para a análise dos dados da revista Contexto Internacional.

O artigo está dividido da seguinte maneira: primeiramente, situamos a discussão sobre mulheres na ciência e o gênero como categoria de análise crítica da produção científica. Em seguida, promovemos o debate sobre a literatura que discute o mapeamento da produção acadêmica, considerando a produção científica de mulheres em geral e na área de RI. A partir disso, estabelecemos os parâmetros, métricas e esforços de nossa agenda de pesquisa em relação ao contexto brasileiro. Finalmente, na última seção, apresentamos os resultados com especial atenção para o debate de gênero.

## 2. O GÊNERO NA CRÍTICA À CIÊNCIA E À PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Nesta seção será inicialmente realizada uma aproximação mais geral entre mulheres e ciência. Posteriormente, será explicitado o potencial da contribuição do feminismo para o entendimento do lugar da mulher na ciência e na produção científica. Mesmo estudos quantitativos mais recentes, discutidos mais adiante, mostram que as diferenças de gênero permanecem em aspectos como menor participação feminina, mais interrupções na carreira, menores índices de publicação e citações. O argumento é de que os padrões de produção científica refletem as construções de gênero no âmbito acadêmico.

Em uma perspectiva histórica, a ciência tem se caracterizado como uma atividade predominantemente masculina. O processo de formalização das ciências nos espaços universitários restringiu o acesso da mulher, que apenas começa a ser aceito na transição do século XIX para o século XX quando há uma convergência entre a necessidade de maiores recursos humanos para a ciência, cada vez mais profissionalizada, e a luta do movimento feminista pela igualdade (Bandeira, 2008).

A crítica feminista à produção de conhecimento implica na tomada de consciência acerca da forma como o entendimento presente nas relações de gênero impactam a posição que a mulher ocupa nesse cenário. A exclusão da presença feminina das ciências assenta-se na naturalização da inferioridade das mulheres pelos homens compreendida pelo conceito de divisão sexual do trabalho. De acordo com Kérigoat (2009), há no processo histórico e social a construção de uma divisão que dá origem a uma força de trabalho feminina que fornece mão-de-obra barata para certos tipos de trabalho, além de produzir e reforçar certos tipos de trabalho e relações sociais hierarquizadas, desiguais e assimétricas. Por essa lógica, os homens são designados prioritariamente à esfera produtiva e as mulheres, à reprodutiva. Segundo Hirata e Kergoat (2007), o ponto de ancoragem do conceito de divisão sexual do trabalho é a consideração do trabalho doméstico e de cuidado como um trabalho, o que torna evidente que uma enorme massa de trabalho invisível é efetuada gratuitamente pelas mulheres. A divisão social entre os sexos possui, então, dois princípios organizadores: o princípio de separação, pelo qual existiriam certos trabalhos de homens e trabalhos de mulheres; e o princípio hierárquico, pelo qual um trabalho de homem valeria mais do que um trabalho de mulher.

A categoria de gênero permite a reavaliação de arquétipos em relação ao trabalho e ao que é ser trabalhadora. A desconstrução da dualidade entre sexo, tido como aspecto natural, biológico; e, gênero, aspecto culturalmente construído, é importante em todos os aspectos da vida e, portanto, no entendimento das dinâmicas que permeiam o trabalho e sua qualificação científica. A convergência entre os conceitos de gênero e de divisão sexual do trabalho expõe a construção que caracteriza certos âmbitos de trabalho como masculinos ou femininos. Esse aspecto influencia o grau de participação feminina e também é importante para o entendimento da feminização de algumas áreas. Para Hirata e Kergoat (2007, p.599), a divisão sexual do trabalho rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduzindo as práticas sociais a papéis sociais sexuados. A construção social, expressa em relações de poder que qualificam o trabalho feminino, atua inscrevendo suas relações de possibilidade.

Para Scott (1994), é importante considerar como essas relações foram construídas historicamente a fim de questionar a menção biológica e de pretensa neutralidade colocada pela divisão sexual do trabalho. A separação lar-trabalho forneceu os termos de legitimação e as explicações que construíram a problemática em torno da mulher trabalhadora. No contexto da Revolução Industrial do século XIX o trabalho da mulher é visto sob o prisma de um problema moral em virtude das discussões acerca da compatibilidade entre a feminilidade e o trabalho assalariado e entre trabalho e obrigações familiares e maternais. Fundamental salientar, portanto, que a separação entre lar e trabalho não é um fato histórico objetivo, mas um processo que constrói e reforça a existência de diferenças biológicas e funcionais entre homens e mulheres que, por sua vez, legitima e institucionaliza essas diferenças como fundamento da organização social inscrita nos discursos médico, científico, político e moral.

Os silêncios e ausências das mulheres na história das ciências revelam, por contraste, a associação hegemônica entre masculinidade e pensamento científico. Essa ausência é observada duplamente: as mulheres como produtoras de conhecimento nas instituições científicas e, por conseguinte, as mulheres como produtoras dos conteúdos e das noções de cientificidade. Sendo assim, a crítica feminista coloca em discussão tanto a ausência de neutralidade da ciência, quanto a necessidade de compreender as dificuldades enfrentadas na carreira científica que relegam as mulheres a um plano secundário no âmbito científico. A reivindicação fundamental dessa crítica é questionar a ciência moderna em sua suposta neutralidade, objetividade e dimensão universal progressista (Leta, 2003). A partir da ótica de gênero é possível lançar novo olhar sobre as orientações basilares acerca dos problemas científicos, reconhecendo-os como frutos de processos sociais e históricos complexos, além de propor uma releitura de campos disciplinares a fim de compreender melhor as estratégias de exclusão das mulheres (Bandeira, 2008).

A importância da visão das mulheres e suas contribuições para os grupos de pesquisa são reconhecidas globalmente. Instituições internacionais como UNESCO, PNUD, ONU e Global Research Council (GRC) colocam a promoção da igualdade de gênero na ciência dentre seus objetivos primordiais de atuação (Unesco, 2015; GRC, 2016; PNUD, 2016; ONU, 2016). Em relatório, a UNESCO (2015) identificou que apenas 28% dos pesquisadores do mundo são

mulheres. Ademais, embora um número cada vez maior de mulheres esteja matriculada em graduações e pós-graduações, uma diminuição considerável da presença feminina pode ser encontrada nos mais altos graus da carreira acadêmica a partir do doutorado. Este é resultado do chamado *leaky pipeline effect* (“efeito do oleoduto que pinga”) explicativo da propensão de mulheres apresentarem trajetórias menos lineares em suas carreiras, por essa analogia a carreira científica é metaforizada como um gasoduto que, em relação às mulheres, apresenta vazamentos, ou seja, desistências e desvios. Este efeito pode ser observado em geral em três momentos na carreira acadêmica: na transição da graduação para a pós-graduação, na não contratação para cargos de professor efetivo nas universidades e na ausência em cargos de chefia e coordenação. Outro fator que agrega a esse quadro é o chamado *glass ceiling*, ou teto de vidro, efeito pelo qual se reconhece a existência de barreiras, em geral invisíveis, que impedem a ascensão de mulheres a cargos de liderança. Tais barreiras são muitas vezes de cunho informal e implícito como, por exemplo, a não contratação de mulheres sob a percepção de que possuem mais dificuldade no cumprimento de carga horária em virtude de seu protagonismo em cuidados maternos e familiares (Unesco, 2015). O relatório *Gender in the Global Research Landscape (GGRL)* de 2017, elaborado pela Elsevier a partir da base de dados Scopus que indexa mais de 62 milhões de documentos, constitui um dos mais amplos esforços no mapeamento de dados sobre mulheres na ciência. O relatório aponta que distinções persistentes em temas como contratação, autorias, reconhecimento e promoção continuam contribuindo para a manutenção das diferenças de gênero na ciência. De acordo com o GGRL, o Brasil teria atingido uma notável média na igualdade de gênero com 49% de mulheres do total da população de pesquisadores, o mesmo índice de Portugal. O país ficou na frente dos Estados Unidos e da União Europeia que possuem respectivamente 40% e 41% de participação feminina (Elsevier, 2017). É importante ressaltar, no entanto, que a pesquisa desenvolvida pela Elsevier em 2017 e pela UNESCO em 2015 utiliza um volume considerável de dados, que são analisados de maneira agregada, sem distinção de área de conhecimento específico, ao contrário do que realizamos no presente artigo, no qual priorizamos a área de Relações Internacionais.

Ainda no que tange ao lugar da mulher na ciência brasileira, constata-se que, apesar do crescimento do número de mulheres com formação universitária no Brasil, a participação feminina na produção do conhecimento ainda está atrás da presença feminina na universidade. Segundo o Censo da Educação Superior de 2016, as mulheres são maioria na graduação, com 57% das vagas. De acordo com dados da plataforma Sucupira, as mulheres compõem 55% dos mestrandos e 53% dos doutorandos. As mulheres também obtiveram a maioria das bolsas do CNPq de iniciação científica (55%), mestrado (52%) e pós-doutorado (53%) e empataram com os homens nas bolsas de doutorado (50%). No entanto, as mulheres brasileiras são minoria nos postos mais altos da carreira acadêmica. Os homens chegam mais rápido à docência, 54%; possuem mais Bolsas de Produtividade em Pesquisa (PQ), 64%; e, ocupam mais lideranças de grupos de pesquisa, 53%. Ademais, homens são maioria das bolsas de nível A1 e Sênior no CNPq, 75%. A situação é ainda pior para as mulheres negras que constituem apenas 15% das bolsistas de pós-graduação e 3% das bolsas PQ (Assis, 2018).

As dificuldades enfrentadas por mulheres na carreira científica brasileira devem ser compreendidas também à luz da divisão sexual do trabalho e sua distribuição desigual de tarefas.<sup>4</sup> O projeto Parent in Science, que realizou uma pesquisa com 1182 docentes brasileiras em 2017, revelou que 81% das mães havia sentido um impacto negativo da maternidade em suas carreiras e que 54% delas era a única responsável pelo cuidado com os filhos (Boueri, Assis, 2018).

Os dados sobre a participação de mulheres na ciência no Brasil convergem com os diagnósticos realizados pela UNESCO (2015) e Elsevier (2017) mostrando como a carreira das mulheres constitui, na expressão de Lima (2008), verdadeiro labirinto de cristal a ser trilhado. Leta (2003) observa que as tendências na carreira acadêmica de mulheres no Brasil permanecem praticamente as mesmas desde os primeiros estudos realizados sobre o tema nos anos 60. Desse modo, ainda que possa ser observado um progresso global na representação feminina na pesquisa científica, o aumento da presença de mulheres na educação superior não deve ser interpretado como encaminhamento natural para um aumento da atuação de mulheres pesquisadoras. Gargalos e barreiras continuam presentes ao longo da carreira científica minando a ascensão feminina. Nesse panorama, estudos de cunho mais quantitativo seriam cruciais para o entendimento da situação global de mulheres na ciência e o delineamento de políticas de inclusão e de diminuição da disparidade de gênero.

### 3. MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA NA ÁREA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Nesta seção, realizamos um breve debate sobre a distribuição da produção acadêmica (entendida aqui principalmente como a publicação de livros e artigos indexados) por gênero. Além de dados, serão apresentadas algumas das obras mais recentes sobre o estado da arte das pesquisas sobre a produção acadêmica do mapeamento na área de Relações Internacionais.

A disparidade de gênero observada na presença de mulheres na ciência, revela-se ainda maior no que tange a publicações científicas. Um estudo de 2013 abrangendo 5,5 milhões de artigos e 27,3 milhões de autorias concluiu que 70% dos artigos são produzidos por homens. Eles ainda possuem a maior fatia de primeiras autorias, 66% (West *et. al.*, 2013). Outro estudo de 2014, ao analisar o impacto das publicações por meio de citações, reportou que apenas 13% dos autores mais citados são mulheres. Este número varia de acordo com a temática, sendo 3,7% nas engenharias e 31% nas ciências sociais (Bornmann *et. al.*, 2015). O menor índice de citações de trabalhos de autoria feminina constitui o chamado “efeito Matilda” na ciência, pelo qual mulheres tendem a receber menos reconhecimento em comparação a pesquisadores homens (Knobloch-Westerwick, *et. al.*, 2013). O “efeito Matilda” é um corolário do chamado “efeito Mateus”<sup>5</sup>, descrito por Robert Merton em (1968) que identifica a propensão de cientistas renomados a

---

<sup>4</sup> Semanalmente, estima-se que as mulheres trabalhem 7,5 horas a mais que os homens em virtude da dupla jornada (IPEA, 2017).

<sup>5</sup> O nome “efeito Mateus” é inspirado nos seguintes dizeres do capítulo 25, versículo 29 do livro bíblico de São Mateus: “porque a todo o que tem, dar-se-lhe-á em abundância, mas ao que não tem, até aquilo que tem ser-lhe-á tirado”.

obterem mais crédito do que deveriam em comparação a cientistas não tão famosos por trabalhos similares.

No que diz respeito às RI mais especificamente, poucos estudos exploraram dados a fim de delinear as diferenças de gênero na produção científica da área, sendo que no Brasil ainda não há estudos nessa linha. Tendo em vista que a disciplina ainda mantém um caráter fortemente influenciado pela academia dos Estados Unidos (Smith, 2000), traremos exemplos de trabalhos que buscaram realizar esse recorte. O objetivo é entender as tentativas de mapeamento frente a necessidade de compreender a participação de mulheres na pesquisa da área.

Maliniak et. al. (2013) coletaram dados de publicações de Relações Internacionais de 1980 a 2006 indexados na base de dados TRIP (*Teaching, Research & International Policy*)<sup>6</sup> e concluíram que mulheres são menos citadas e seus artigos permanecem sendo menos centrais nas discussões da disciplina de Relações Internacionais. Como conclusão, os autores apontaram que um artigo publicado por uma mulher, mesmo nas melhores revistas acadêmicas da área, ainda possui menores chances de ser citado, tendo em vista que autores tendem a citar outros artigos de autores do mesmo gênero. Ademais, identificaram que autores masculinos tendem a fazer e reforçar redes de relacionamentos acadêmicos que os auxiliam a se manter no topo do ranking de citações e colaborações.

A ISA (International Studies Association), oriunda dos Estados Unidos, constitui uma das maiores associações profissionais de abrangência global do campo disciplinar das Relações Internacionais. Em pesquisa com membros da associação, Fattore (2018) publicou os resultados de survey realizado em 2015 pela Women's Caucus for International Studies (WCIS). Criada em 1996 no âmbito da ISA e atualmente com 581 integrantes de várias nacionalidades, a WCIS impulsiona várias iniciativas com o intuito de abrir espaço para discutir as dificuldades institucionais que afetam as mulheres na carreira acadêmica em RI. Com outras pesquisas desse tipo já realizadas em 1995 e 2006, as conclusões apontadas por Fattore (2018, p. 14) revelaram que em 2015 a situação da mulher na área pouco mudou. O resultado apontou que as mulheres possuem menos empregos em tempo integral, têm mais dificuldade em ter estabilidade, ganham menos e ainda têm que lidar com assédio sexual e comportamento discriminatório no ambiente de trabalho.

#### 4. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Para empreender nossa pesquisa do contexto brasileiro, analisamos os artigos publicados entre 1997 e 2018 em duas principais revistas nacionais listadas no Sistema Qualis-Periódicos Capes da área de Ciência Política e Relações Internacionais, a saber: Contexto Internacional e RBPI. O critério de escolha dos referidos periódicos foi sua avaliação na plataforma Qualis-Periódicos

---

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www.wm.edu/offices/global-research/trip1/index.php>

Capes, que elabora seu ranking de pontuações de acordo com as informações fornecidas pela plataforma Sucupira, ano a ano. Dessa forma, toda a produção científica nacional se divide em extratos de qualidade, desde A1, o mais elevado, a A2, B1, B2, B3, B4 e B5 e C, esse com peso zero<sup>7</sup>. No que diz respeito à avaliação dos periódicos utilizados neste artigo, buscamos aqueles com classificação mais alta no cenário nacional: RBPI (A1), Contexto Internacional (A2).

Com relação a categorização dos artigos por “áreas temáticas” identificamos nove áreas na área de Relações Internacionais, classificadas a partir da Resolução n° 4, de Outubro de 2017 do MEC, que versa sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para cursos de Graduação em Relações Internacionais. Assim, são elas: 1) Teoria das Relações Internacionais, Epistemologia e Metodologia; (2) Instituições Internacionais (3) Política Externa Brasileira (4) Análise de Política Externa; (5) História das Relações Internacionais; (6) História das Relações Internacionais do Brasil; (7) Economia Política Internacional; (8) Segurança Internacional; (9) Relações Internacionais Contemporâneas<sup>8</sup>. Para a presente pesquisa consideramos “Direito Internacional” como décimo tema para classificação de conteúdo dos artigos aqui analisados.

Por fim, esclarecemos que a consideração dos autores como homens ou mulheres foi baseada na autodeclaração dos mesmos nas mini-biografias disponibilizadas nos artigos pesquisados. Nos casos omissos, especialmente nos artigos em inglês e nomes estrangeiros, procuramos também informações nos perfis de trabalho e nas redes sociais acadêmicas dos autores.

## 5. RESULTADOS

Foram classificados 773 artigos nos 22 anos cobertos pela pesquisa (1997-2018), publicados em duas das principais revistas da área Relações Internacionais no Brasil. Em relação à RBPI, a revista foi fundada no ano de 1958 e editada inicialmente pelo Instituto de Relações Internacionais (IBRI) atualmente com sede no Instituto de Relações Internacionais (IREL) da Universidade de Brasília (UnB). A revista Contexto Internacional, por sua vez, é uma publicação organizada pelo Instituto de Relações Internacionais (IRI) da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) desde 1985. O Gráfico 1 demonstra a distribuição dos artigos por

---

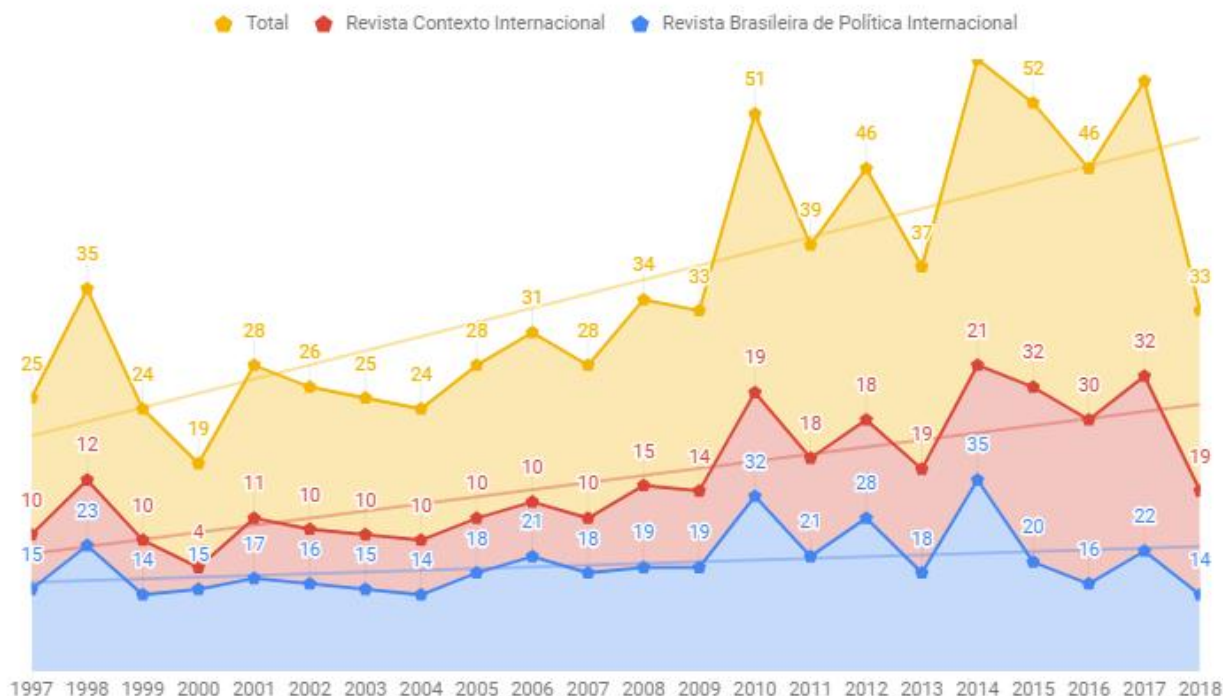
<sup>7</sup> As informações detalhadas sobre a construção e os critérios adotados na avaliação dos periódicos no Sistema Qualis-Capes está disponível em:

[https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs\\_de\\_area/qualis/ensino.pdf](https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/qualis/ensino.pdf)

<sup>8</sup> A definição mais detalhada do conteúdo das áreas temáticas pode ser consultada aqui: [http://www.seminario2014.abri.org.br/resources/download/1374665154\\_ARQUIVO\\_ABRI,DCNRI,VersaoFinal.pdf](http://www.seminario2014.abri.org.br/resources/download/1374665154_ARQUIVO_ABRI,DCNRI,VersaoFinal.pdf)



periódico no período analisado. Ressaltamos que os números de ambas as revistas de 2018 ainda não haviam sido todos publicados no momento da redação deste artigo.

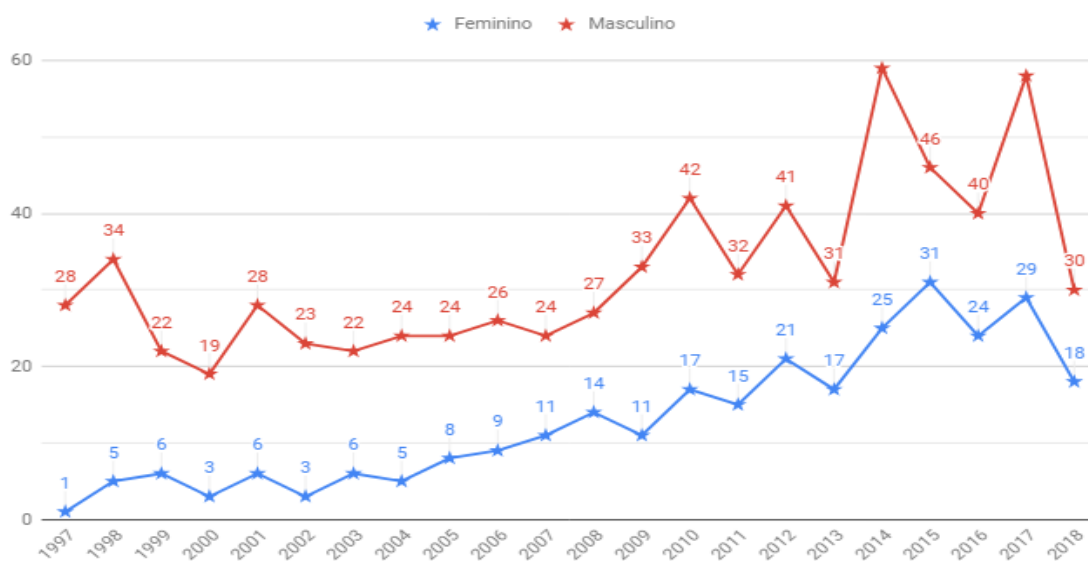


**Gráfico 1:** Distribuição dos Artigos por ano. **Autoria própria.** **Fonte:** Base de dados desenvolvida para esse projeto.

Quando olhamos os dados inscritos no Gráfico 1, percebemos o expressivo e constante aumento no número de artigos publicados ao longo dos anos. Esse acréscimo pode ser explicado pela grande expansão da área de Relações Internacionais no Brasil, cujo desenvolvimento e institucionalização no país tem sido objeto de consideração de um conjunto de autores (Miyamoto, 1999; Herz, 2002; Lessa, 2005; Vizontini, 2005; Santos, 2009). No entanto, embora esses trabalhos reconheçam que a expansão da área no Brasil também foi acompanhada de um aumento da pluralidade de temas e agendas discutidos pela disciplina, nenhum deles inclui um recorte específico de gênero em suas análises.

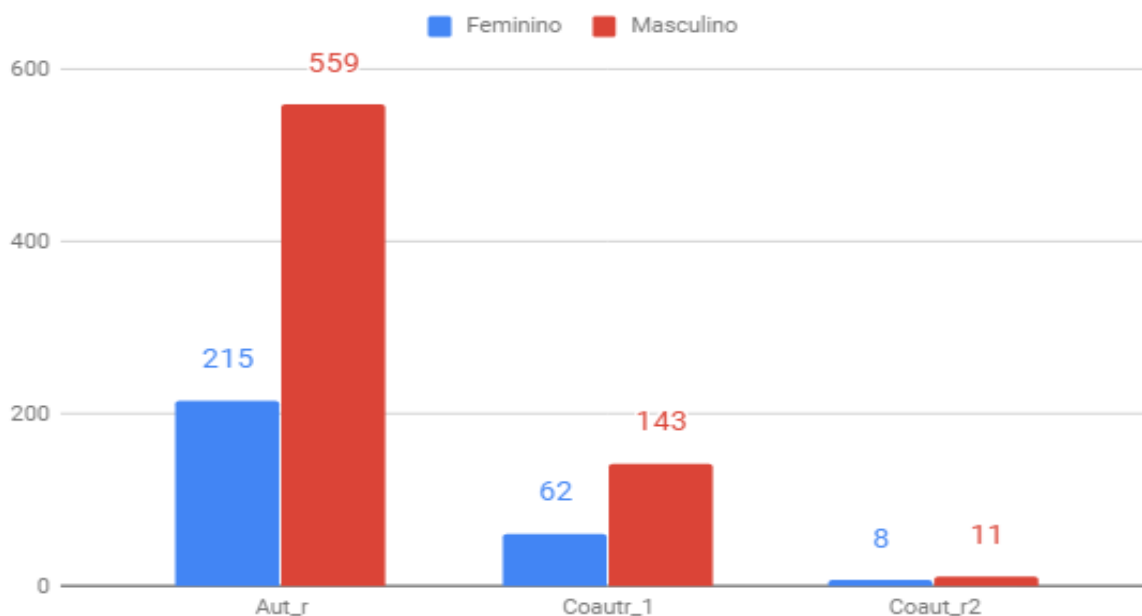
Os dados mais importantes do Gráfico 2 correspondem à manutenção persistente da diferença de artigos publicados por homens e mulheres nos periódicos analisados. Isso quer dizer, em outras palavras, que mesmo com o aumento do número de artigos publicados e a expansão da área de RI no Brasil, o gap entre publicações de mulheres e homens não se alterou, inclusive, contou com a ocorrência de aumentos significativos em 2014 e 2017. É possível perceber que as linhas de crescimento de ambos os gêneros permanecem praticamente paralelas, mantendo a estrutura desigual ao longo dos anos pesquisados. Nossos números são, portanto, consistentes

com dados citados anteriormente que corroboram com a manutenção das diferenças de gênero - mesmo mediante o aumento da participação feminina no contexto universitário.



**Gráfico 2:** Distribuição dos Artigos por Gênero e por Período. **Autoria própria.** Fonte: Base de dados desenvolvida para esse projeto.

O Gráfico 3 destaca a distribuição dos artigos por gênero, autoria e coautoria. O padrão da distinção entre homens e mulheres, como esperado, se mantém. Quando comparamos quem são os primeiros autores nos artigos analisados, observamos que os homens possuem uma chance 2,6 vezes maior de ocupar tal espaço privilegiado. A distinção entre gêneros permanece na primeira coautoria, mas diminui para 2,31 vezes em favor dos homens. Quando consideramos a segunda coautoria, a situação permanece igual, diminuindo apenas a distância entre homens e mulheres, reduzida a três artigos.

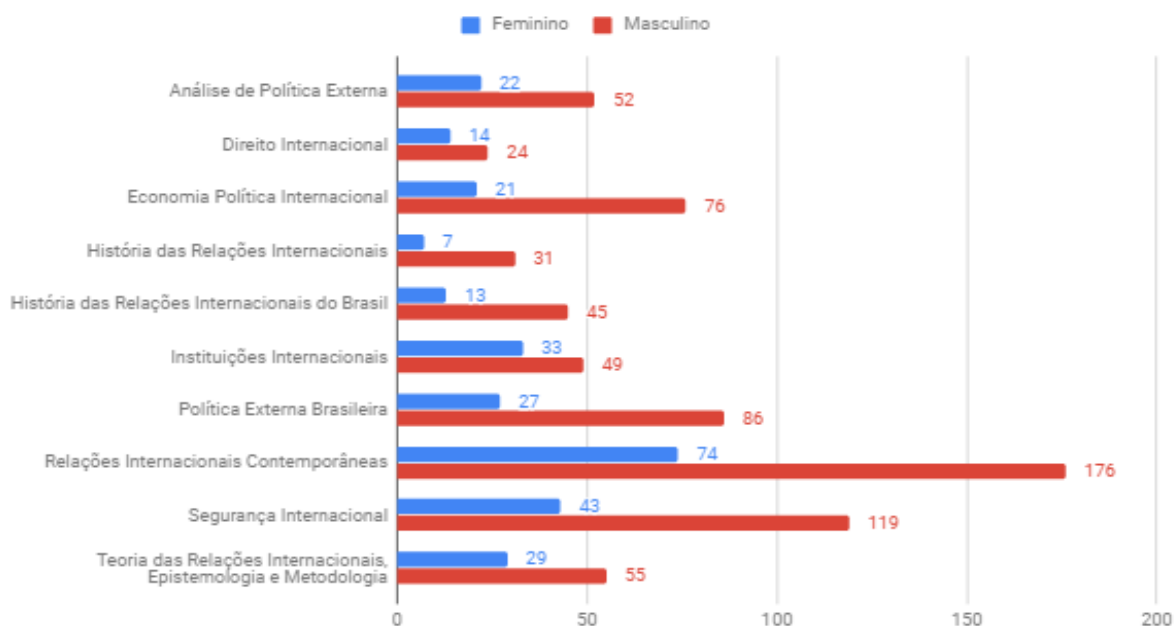


**Gráfico 3:** Distribuição dos Artigos por Gênero e por Autoria. **Autoria própria.** Fonte: Base de dados desenvolvida para esse projeto.

No Gráfico 4 é possível observar a distribuição por gênero da produção das áreas temáticas, que foram classificadas de acordo com a divisão proposta pelas DCNs para o curso de graduação em Relações Internacionais (Brasil, 2017). Tampouco nesse gráfico observamos grande mudança em relação aos padrões estabelecidos nos gráficos anteriores, com um número muito maior de homens publicando em todas as áreas temáticas analisadas, mantendo uma média entre 2 e 4 vezes mais artigos publicados por homens. Algumas áreas, no entanto, chamam a atenção por apresentarem uma distância ainda maior entre homens e mulheres, como, por exemplo, Economia Política Internacional, História das Relações Internacionais do Brasil, História das Relações Internacionais e Política Externa Brasileira, nas quais a produção feminina não chega a representar 25% do total produzido. Segurança Internacional, sub-área tradicional do campo e associada a um alto grau de masculinidade, apresenta margem um pouco maior, 26,54%.

Os trabalhos que analisam a expansão do campo de Relações Internacionais no Brasil situam as áreas de História das Relações Internacionais, História das Relações Internacionais do Brasil e Política Externa Brasileira como temas tradicionais e já consolidados na produção acadêmica brasileira (Santos, 2009; Miyamoto, 1999; Herz, 2002; Lessa, 2005). A maior consolidação desses campos serviria como um entrave ao aumento da participação de mulheres, embora apresentem autoras consideradas canônicas, como os exemplos de Leticia Pinheiro, Maria Regina Soares de Lima e Miriam Saraiva. No que diz respeito à Economia Política Internacional, autoras como Enloe (2013) já haviam constatado ser esse âmbito também marcado por forte predominância masculina.

As áreas que apresentam maior proporção de publicações femininas trazem abordagens que são mais interdisciplinares (Direito Internacional, Análise de Política Externa, Relações Internacionais Contemporâneas, Instituições Internacionais e Teoria das Relações Internacionais). Nesses casos, abre-se a possibilidade de artigos cujas autoras pertençam a outros campos do conhecimento e também de adoção de perspectivas mais plurais. Nota-se que essas áreas possuem mais sintonia com o aumento da diversificação da agenda de RI no pós-Guerra Fria (Herz, 1997) que acompanhou não só a expansão da área no Brasil, quanto também trouxe renovação teórica e abertura da disciplina, inclusive, para as teorias feministas.



**Gráfico 4:** Distribuição dos Artigos por Gênero e áreas temáticas. Autoria. **Autoria própria.** Fonte: Base de dados desenvolvida para esse projeto.

Por fim, temos a Tabela 1 trazendo o ranking dos autores por número de títulos publicados e também de acordo com o gênero. Dentre os 18 autores no topo do ranking, encontramos apenas quatro mulheres. A média de publicação nos anos analisados entre as 15 mulheres que mais publicaram é de 4 artigos por autora. E dos homens, 7 por autor. Uma observação pertinente a ser feita é que das sete mulheres que mais publicaram, apenas uma, Miriam Saraiva, não é oriunda do quadro de professores das instituições que publicam as revistas aqui analisadas, PUC-Rio e UnB.

Geral		Por gênero			
		Feminino		Masculino	
Nome	Número de artigos	Nome	Número de artigos	Nome	Número de artigos
Almeida, Paulo Roberto de	12	Saraiva, Miriam Gomes	9	Almeida, Paulo Roberto de	12
<b>Saraiva, Miriam Gomes</b>	<b>9</b>	Barros Platiau, Ana Flávia Granja	6	Bernal-Meza, Raúl	8
Bernal-Meza, Raúl	8	Camargo, Sonia de	5	Cervo, Amado Luiz	8
Cervo, Amado Luiz	8	Herz, Mônica	5	Lessa, Antônio Carlos	8
Lessa, Antônio Carlos	8	Carvalho, Maria Izabel V. de	4	Medeiros, Marcelo de Almeida	8
Medeiros, Marcelo de Almeida	8	Ribeiro Hoffmann, Andréa	4	Saraiva, José Flávio Sombra	7

Geral		Por gênero			
		Feminino		Masculino	
Nome	Número de artigos	Nome	Número de artigos	Nome	Número de artigos
Saraiva, José Flávio Sombra	7	Santos, Norma Breda dos	4	Belém Lopes, Dawisson	6
<b>Barros Platiau, Ana Flávia Granja</b>	<b>6</b>	Dawood, Layla	3	Bertonha, João Fábio	6
Belém Lopes, Dawisson	6	Figueira, Ariane Roder	3	Faria, Carlos Aurélio Pimenta de	6
Bertonha, João Fábio	6	Moreno, Marta Regina Fernandez Y Garcia	3	Proença Júnior, Domício	6
Faria, Carlos Aurélio Pimenta de	6	Onuki, Janina	3	Avila, Carlos Federico Domínguez	5
Proença Júnior, Domício	6	Pereira, Joana Castro	3	Varella, Marcelo Dias	5
Avila, Carlos Federico Domínguez	5	Santos, Maria Helena de Castro	3	Villa, Rafael Duarte	5
<b>Camargo, Sonia de</b>	<b>5</b>	Souza, Matilde	3	Viola, Eduardo	5
<b>Herz, Mônica</b>	<b>5</b>	Tostes, Ana Paula	3	-	-
Varella, Marcelo Dias	5	-	-	-	-
Villa, Rafael Duarte	5	-	-	-	-
Viola, Eduardo	5	-	-	-	-

**Tabela 1:** Ranking por número de artigos publicados. **Autoria própria.** **Fonte:** Base de dados desenvolvida para esse projeto.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, buscamos discutir as diferenças existentes entre mulheres e homens na área de Relações Internacionais no que diz respeito à produção acadêmica. Para tanto, consideramos todos os artigos publicados entre 1997 e 2018 em dois dos principais periódicos da área: Contexto Internacional e RBPI, estabelecendo suas principais características em relação às áreas temáticas estipuladas pelas DCNs e a produção acadêmica de homens e mulheres.

Na primeira seção, realizamos o debate sobre gênero e ciência, pontuado a partir da noção de que historicamente a ciência se caracterizou como uma atividade masculina. Além disso, discorreremos sobre a conjuntura atual e os vários entraves para a inserção da mulher na ciência no mundo e no Brasil. Como fica demonstrado pelos dados apresentados, o aumento do número de mulheres na ciência ao longo das últimas décadas não significou acréscimo na quantidade de artigos publicados por mulheres, nem mesmo no alcance de trajetórias mais semelhantes na

carreira entre homens e mulheres, sendo que os homens continuam sendo maioria nos mais altos cargos. A igualdade de gênero permanece, então, um grande desafio a ser atingido na academia.

Em seguida, apresentamos de forma concisa o “estado da arte” das pesquisas sobre o mapeamento da produção acadêmica na área de Relações Internacionais. Constatamos que ainda não existem esforços no Brasil de mapeamento na participação feminina na produção de conhecimento em Relações Internacionais.

Finalmente, a última parte do trabalho foi dedicada a explicar nossa abordagem metodológica e resultados. Em um primeiro momento, justificamos a escolha das duas revistas (Contexto Internacional e RBPI) a partir de sua avaliação na plataforma *Qualis-Periódicos* Capes. Explicamos ainda que as áreas temáticas consideradas na pesquisa são provenientes da Resolução nº 4, de Outubro de 2017 do MEC que traz as DCNs para cursos de Graduação em Relações Internacionais.

Dentre os resultados extraídos de nosso banco de dados, percebemos que os homens publicam em média entre 2,5 e 3 vezes mais que as mulheres. Quando analisamos a trajetória das revistas ao longo do período de 21 anos, notamos o aumento constante no número de artigos publicados, mas também a manutenção constante da diferença de artigos publicados por homens e mulheres, que sempre estão menos presentes nas publicações. Em outras palavras, manteve-se a estrutura de desigualdade do passado. Quando detalhamos as publicações por gênero, autoria e coautoria, a distinção se mantém. Os homens possuem uma chance 2,6 vezes maior de serem os primeiros autores e 2,31 vezes de primeira coautoria. Por último, a análise da distribuição de gênero por área temática tampouco apresenta divergência em relação aos padrões estabelecidos nos dados anteriores, mantendo uma média entre 2 e 3 vezes mais artigos publicados por área para os homens. A agenda de pesquisa iniciada no presente artigo inclui de forma inédita a variável de gênero para o entendimento do lugar da mulher na produção acadêmica de Relações Internacionais. Os próximos passos demandarão outros estudos: 1) em relação a presença de mulheres na carreira científica de Relações Internacionais (quantidade de mestras e doutoras, bem como docentes nos cursos de pós-graduação); 2) em relação a produtividade (distribuição de bolsas de pesquisa e produtividade); 3) em relação ao fator de impacto das publicações de mulheres; 4) em relação ao conteúdo, ou seja, a forma como o gênero tem sido abordado a despeito da inexistência recomendações expressas de sua inclusão curricular nas DCNs promulgadas pelo MEC; 5) por fim, em relação aos obstáculos que as cientistas de Relações Internacionais encontram em suas carreiras no intuito de aprofundar a forma como a divisão sexual do trabalho opera na área, em especial no que tange aos desafios da conciliação com os trabalhos doméstico e de cuidado.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Assis, C. (2018) ‘Infográfico: os caminhos de mulheres e homens na ciência brasileira’, *Gênero e Número*, 10<sup>o</sup> ed.. [online] Disponível em: <http://www.generonumero.media/infografico-os-caminhos-de-mulheres-e-homens-na-ciencia-brasileira/> [Acesso em: 12 Jul. 2018]

Bandeira, L (2008) “A contribuição da crítica feminista à ciência”, Estudos Feministas, v. 16, n.1, p. 207-230.

Brasil (2015). Padrões de qualidade para os cursos de Relações Internacionais. [online] Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/padreli.pdf>> [Acesso em: 26 Nov. 2015]

Brasil (2017). Resolução N<sup>o</sup> 4, de 4 de outubro de 2017. Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Relações Internacionais. [online] Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2017-pdf/73651-rces004-17-pdf/file> [Acesso em: 26 Dez. 2017]

Borman, L.; Bauer, J.; Haunschild, R. (2015) “Distribution of women and men among highly cited scientists”, Journal of the Association for Information Science & Technology, v. 66, n. 12, p. 2075-2076.

Boueri, A. G.; Assis, C. (2018) ‘Sem considerar maternidade, ciência brasileira ainda penaliza mulheres’, Gênero e Número, 10<sup>o</sup> ed. [online] Disponível em: <http://www.generonumero.media/sem-considerar-maternidade-ciencia-brasileira-ainda-penaliza-mulheres/>. [Acesso em: 12 jul. 2018]

Elsevier (2017) Gender in the Global Research Landscape. [online] Disponível em: [https://www.elsevier.com/\\_\\_data/assets/pdf\\_file/0008/265661/ElsevierGenderReport\\_final\\_for-web.pdf](https://www.elsevier.com/__data/assets/pdf_file/0008/265661/ElsevierGenderReport_final_for-web.pdf) [Acesso em: 20 Mar. 2017]

Enloe, C. (2013) Seriously! Investigating crashes and crisis as if women mattered. Berkeley: University of California Press.

Fattore, C. (2018) “Nevertheless, she persisted: women’s experiences and perceptions within the International Studies Association”, International Studies Perspectives, v. 20, n. 2, pp. 1-17.

Global Research Council (2016). Statement of Principles and Actions Promoting the Equality and Status of Women in Research. [online] Disponível em: <http://www.rcuk.ac.uk/documents/documents/GRC2016StatusofWomen-pdf> [Acesso em: 10 Fev. 2017]

Herz, M. (2002). “O crescimento da área de Relações Internacionais no Brasil”, Contexto Internacional, v. 24, n. 1, p. 7-40.

\_\_\_\_ (1997). “Teoria de Relações Internacionais no pós-Guerra Fria”, Dados, v. 40, n. 2.

Hirata, H.; Kergoat, D. (2007). “Novas configurações da divisão sexual do trabalho”, Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, set/dez. pp. 595-609.

IPEA (2017). Retrato das desigualdades de gênero e raça (1995-2015) [online] Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306\\_retrato\\_das\\_desigualdades\\_de\\_genero\\_raca.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_retrato_das_desigualdades_de_genero_raca.pdf) [Acesso em: 10 Mar. 2017]

Kergoat, D. (2009). “Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo” in Hirata, H. et. al. Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: Ed. Unesp.

Knobloch-Westerwick, S.; Glynn, C. J.; Huge, M. (2013). "The Matilda Effect in science communication", *Science Communication*, v. 35, n. 5, p. 52-75.

Lessa, A. C. (2005). 'Trinta Anos de Ensino de Relações Internacionais em nível de graduação no Brasil', *Meridiano* 47, v. 6, n. 54, p. 7-9. [online] Disponível em: [http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5060/1/ARTIGO\\_TrintaAnosEnsino.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5060/1/ARTIGO_TrintaAnosEnsino.pdf) [Acesso em: 2 Fev. 2017]

Leta, J. (2003). "As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso", *Estudos Avançados*, v.17, n. 49, p. 271-284.

Lima, B. S. (2008). Teto de vidro ou labirinto de cristal? As margens femininas das ciências. Dissertação de Mestrado, História/Universidade de Brasília.

Maliniak, D.; Powers, R.; Walter, B. F. (2013). 'The gender citation gap in International Relations', *International Organization*, v. 67, n. 4, p. 889-922.

Merton, R. K. (1968). "The Matthew Effect in science", *Science*, v. 159, n. 3810, p. 56-63.

Miyamoto, S. (1999). "O estudo das relações internacionais no Brasil: o estado da arte", *Revista de Sociologia e Política*, v. 12, n. 1, p. 83-98.

ONU (2016). Gender equality: why it matters? [online] Disponível em: [http://www.un.org/sustainabledevelopment/wpcontent/uploads/2016/08/5\\_Why-it-Matters\\_GenderEquality\\_2p.pdf](http://www.un.org/sustainabledevelopment/wpcontent/uploads/2016/08/5_Why-it-Matters_GenderEquality_2p.pdf) [Acesso em: 2 Fev. 2017]

PNUD (2016). Women's Empowerment. [online] Disponível em: <http://www.undp.org/content/undp/en/home/ourwork/womenempowerment/overview.html> [Acesso em: 10 Dez. 2016]

Santos, N. B.; Fonseca, F. E. (2009). "A pós-graduação em Relações Internacionais no Brasil", *Contexto Internacional*, v. 31, n. 2, p. 353-380.

Scott, J. (1994). "A mulher trabalhadora", in: G. DUBY e M. PERROT (Eds.), *História das mulheres no Ocidente*. São Paulo: Edições Afrontamento.

Smith, S. (2000). "The discipline of international relations: still an American discipline?", *British Journal of Politics and International Relations*, v. 2, n. 3, oct, pp. 374-402.

UNESCO (2015). Science Report: towards 2030. [online] Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002354/235406e.pdf> [Acesso em: 21 Fev. 2017]

West J. D.; Jacquet, J.; King, Moly M.; Correll S. J.; Bergstrom, C. T. (2013). "The role of gender in scholarly authorship", *PLoS One*, v. 8, n. 7, p. 1-7.

Vizentini, P. F. (2005). "A evolução da produção intelectual e dos estudos acadêmicos de relações internacionais no Brasil", in: J.F.S. Saraiva e A. L. Cervo (orgs.), *O crescimento das Relações Internacionais no Brasil*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, p.17-32.